

-----ACTA 21/2010-----

-----Da Reunião Ordinária de 6 de Setembro de 2010-----

-----Aos seis dias do mês de Setembro do ano de dois mil e dez nesta cidade de Almeirim e no Salão Nobre da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Assistente Técnica, Teresa Isabel de Matos Alexandre, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara Municipal deste concelho, os Senhores:-----

-----Vice Presidente Pedro Miguel César Ribeiro e Vereadores Francisco Manuel Maurício do Rosário, José Carlos da Silva, Maria Emília Castelo Arsénio Botas Moreira, Maria de Fátima Rodrigues Pina Cardoso e José Manuel Aranha Figueiredo.-----

-----Foi considerada justificada a falta do Senhor Presidente, por se encontrar ausente em serviço da Autarquia.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Vice Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----O Senhor Vice Presidente perguntou se algum dos Autarcas queria usar da palavra no Período Antes da Ordem do Dia. -----

-----Pediram uso da palavra os Senhores Vereadores Francisco Maurício e Aranha Figueiredo, começando o Vereador Francisco Maurício por ler a intervenção que a seguir é transcrita:-----

-----" **Processo Judicial contra a Citation: Câmara de Almeirim exige 434 mil euros de compensações pela venda não autorizada de lotes da zona industrial.**-----

-----Nos termos da Lei o presidente da câmara, ou o seu substituto legal é obrigado a prestar todas as informações sobre a respectiva situação económica e financeira do nosso Município (alínea d) do nº 3 do Artigo 48º da Lei 2/2007 de 15 de Janeiro) - que constitui um relatório semestral do auditor externo, até hoje, embora tivesse diversas vezes sido solicitado o mesmo nunca foi entregue ou dado conhecimento da sua existência a este executivo municipal.-----

-----Também nunca nos foram disponibilizados os relatórios trimestrais de execução orçamental, nos termos da Lei n.º 53-F/2006 de 29 de Dezembro, das empresas participadas, nomeadamente da AR- Aguas do Ribatejo da Ecoléziria e da Resiurbe.-----

-----Nos termos da Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro o presidente da câmara tem como obrigação a apresentação de uma informação prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 53º da Lei acima referida, onde deve também, constar obrigatoriamente o saldo e estado actual das dívidas a fornecedores, e as reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes e estado actualizado dos mesmos.-----

-----Nenhum destes documentos e informações têm sido prestados e a sua falta considera-se essencial para o desempenho com rigor, transparência, legalidade e seriedade das funções e competências da função de vereador, põe em causa o regular funcionamento deste órgão municipal-----

-----Exemplificamos, com mais um exemplo da violação sistemática das normas legais.-----

-----Fomos surpreendidos, embora para nós se trate de mera acção propagandística, provavelmente para esconder algo muito mais grave", com uma notícia inserta no jornal o Mirante de 2 de Setembro: "Câmara de Almeirim exige 434 mil euros de compensações" a uma empresa pertencente ao senhor Engº António Varela, que também é proprietário das instalações do Lezíria Retail ParK, porque esta se recusou a pagar à Câmara as mais valias da transacção efectuada sem a respectiva aprovação camarária.-----

-----Consta-se que o negócio foi de 2.500 000,00 €.-----

-----Pergunto:-----

-----Qual a razão que leva o senhor presidente a não cumprir mais uma vez a Lei, pois nunca deu conhecimento desta acção, a que estava obrigado por Lei, aos órgãos autárquicos?-----

-----Em que data é que esta acção foi movida?-----

-----Quanto é que a Câmara já gastou com advogados neste

processo?-----

-----Consideram os senhores vereadores ser ético, transparente e uma acção de exercício decorrente da gestão do município, com seriedade e defesa do interesse municipal, o arrendamento de um espaço a uma empresa, cujo proprietário tem um litígio deste valor com a Câmara Municipal? Recordo que a Câmara alugou as instalações do CDOS e salas de aula para cursos de formação no âmbito do Centro de Emprego, embora contra as posições do MICA.-

-----Existe alguma acção judicial da autoria do Engº Varela ou de empresa do mesmo contra a Câmara Municipal de Almeirim?-----

-----2 - Afastamento da Professora Alda da Coordenação das Piscinas Municipais.-----

-----A resposta do sr. Presidenta da Câmara, na última reunião foi habilidosa e deu-me a entender que a professora não teria aceite o cargo, ora fui informado que isso não é verdade, ter-lhe-ia sido oferecido um lugar como responsável das Escolas, que não aceitou. Mais uma vez questiono:-----

-----O que é levou, realmente, ao afastamento da professora Alda da Coordenação.-----

-----Não se está a constituir um lobby de influência naquele complexo?-----

-----Há responsáveis a recibo verde e em acumulação com outras piscinas doutro município?-----

-----Até gostava de ouvir também a opinião do sr. Vereador Pedro Ribeiro sobre esta matéria.-----

-----3 - Instalação de Central da ZON-----

-----Tive informação que a obra está pronta.-----

-----Pergunto ao sr. Vereador Pedro Ribeiro se esta obra obteve o licenciamento camarário, ou se em contraponto a mandou fiscalizar?-----

-----4 - Desactualização do site da Autarquia-----

-----Verificam-se alguns factos de pouco profissionalismo e responsabilidade no site do Município:-----

-----A última acta disponibilizada é de 7 de Junho de 2010.-----

-----Nas "Obras em Execução", entre outras, podemos constatar

que "ainda" se encontra em execução, esta obra: REABILITAÇÃO DA E.M.577 ENTRE PAÇO DOS NEGROS E MARIANOS-----

-----Valor da obra 103.845,19 euros-----

-----"Pretende-se neste troço intervir no alargamento das bermas, na limpeza e alargamento de aquedutos e colocar nova pavimentação."-----

-----Convêm recordar que se trata de um "ajuste directo", entregue à empresa Mendes Transportes Construções SA, em Junho de 2005, entre outras situações estava previsto:-----

-----A abertura ou a limpeza de valetas em todo o traçado entre Paço dos Negros e Marianos;-----

-----A pintura de linhas de pavimento, de cor branca, uma linha com 0,10 metros de espessura, no centro da estrada e nas bermas em toda a sua extensão;-----

-----O Fornecimento e aplicação de argamassas, em alargamento com uma espessura média de 7 cm.-----

-----Julgo que todos os senhores vereadores conhecem esta estrada.-----

-----Porque é que nenhuns destes trabalhos foram realizados?-----

-----Pagou a Câmara à empresa?-----

-----Qual a razão porque ainda se encontra no site como uma "obra em execução"? (O que até se compreende pois a mesma não foi executada).-----

-----A questão é simples quem assume a responsabilidade por esta situação? Que medidas vão ser tomadas para que se cumpra o que foi contratado?-----

-----Num Estado de direito todos estão sujeitos ao cumprimento das Leis.-----

-----O senhor presidente da Câmara Municipal, com o suporte dos vereadores e deputados municipais que o têm apoiado, recusa-se sistematicamente a não disponibilizar documentos legalmente obrigatórios, de modo a que, os órgãos da Autarquia, a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal, possam exercer, cabalmente, as suas funções fiscalizadoras, violando deste modo e comprovadamente, as normas legais previstas."-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo, disse que na reunião de 5 de Julho do corrente ano, solicitou ao Senhor Vice Presidente que lhe fosse facultado o texto relativo às atribuições e competências atribuídas aos técnicos da Autarquia, Senhores, Arquitecto Sampaio, Arquitecto Forte, Engenheiro Rocha Pinto, Engenheira Fátima Lopes e Engenheira Dominique Cardoso, e que não lhe tendo sido ainda prestada a informação, a volta hoje a solicitar.-----

-----O Senhor Vice Presidente respondeu às questões colocadas pelo Vereador Francisco Maurício, começando por dizer que em relação à ultima questão, a das obras, não haverá nada como fazer as queixas às respectivas entidades, que o que não é lógico é colocar a responsabilidade para os outros.-----

-----Relativamente à Central ZON, informou que na altura em que foi feita uma fiscalização, as obras decorrentes não careciam de licenciamento por parte da Câmara, e que obviamente, quando for solicitado alteração ao uso, terá de ser comunicado à Câmara, e que nessa altura será despachado conforme a legislação em vigor.-----

-----Referiu ainda o Vice Presidente, que há questões que não sendo do seu pelouro, não se pronunciará sobre elas.-----

-----O Vice Presidente expôs a questão relativa à notícia saída no "Mirante", relativamente ao pagamento de mais valias à Câmara, por parte da Citation, pagamento o qual concorda que se deva exigir.-----

-----Informou que irá funcionar além do CDOS, o FEB, a URL e ainda o SETAC, que é constituída por veículos e que permitirá uma concentração muito grande de meios de protecção civil a que se juntarão equipamentos e ser utilizados em catástrofes, pelo que estes custos não estão ao alcance dos Bombeiros. Salientou o facto de que estes equipamentos trarão mais trabalhadores para a cidade, que cá almoçarão, cá irão às compras, e da importância que tudo isto tem para a economia, todos estes benefícios são à

conta deste arrendamento-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo usou da palavra, para esclarecer que não está em desacordo em atrair para o Concelho equipamentos desta natureza, mas que discorda é que a Câmara continue a gastar dinheiro em projectos sem qualquer protocolo, que trabalhe para terceiros, porquê e a que propósito. Acha de máxima importância e fundamental, que sejam elaborados protocolos, saber quais os limites de ajuda e quais as contrapartidas destes protocolos. Em relação aos equipamentos disse, mais uma vez, serem importantes e uma mais valia a sua instalação em Almeirim.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício, disse que a propósito do arrendamento, pese ainda o facto da Câmara estar a alugar com um proprietário com o qual há problemas judiciais, frisou que nunca pôs em causa a vinda destes serviços de protecção civil, mas sim o aluguer do Retail Park para este efeito, quando na verdade haviam outras instalações muito melhores e com melhores preços.-----

-----O Senhor Vice Presidente referiu-se ainda a uma acta com cerca de um ano, em que na altura foi dito que "não estamos todos de acordo, e que depois se vai votar a favor", o tempo cura tudo. Repetiu que tem dito e sempre dirá que foram procurados vários locais na cidade, foram feitas várias visitas, sempre com a Protecção Civil e Autoridade Nacional, e que nenhum deles correspondia para o efeito pretendido. Realçou também, que no País, todos estes equipamentos, pela sua importância, estão instalados nas capitais de Distrito, à excepção de Setúbal, e agora Santarém, o que parece ser relevante para Almeirim o facto de ser a escolha para esta instalação.-----

-----O Vereador Francisco Maurício interveio para dizer que o que foi dito pelo Vice Presidente, nunca foi consubstanciado

pela Autoridade Nacional de Protecção Civil, e que se foi, a ele nunca chegaram quaisquer papeis, nem pareceres, onde conste que a Protecção Civil diga que só o Retail é que reúne todas as condições por eles exigidas. Mais disse, que nenhum almeirinese sério, de relações cortadas com outros, lhes vá pagar qualquer tipo de renda, como aconteceu neste caso.-----

-----O Vice Presidente atalhou e respondeu ao Vereador que não lhe admite que ponha em causa a sua seriedade, nem o tipo de comentários por ele tecidos. Garantiu que tudo o que fez, foi com seriedade, e que nada tem a temer. Informou ainda, que não faria qualquer comentário sobre a professora Alda, porque não faz comentários a assuntos vindos de cartas anónimas. De seguida retirou a palavra ao Senhor Vereador Francisco Maurício.-----

-----No período do publico, participaram vários intervenientes, começando o Senhor Manuel Lucas, para dizer que o pedido feito por ele há algum tempo para colocação de tapume num telhado, já não é necessário, uma vez que a casa se encontra à venda; falou da sua deslocação com o rancho a duas cidades, onde constatou existir em ambas um Museu Etnográfico, dignos de serem vistos, chamando a atenção para o facto de na nossa cidade não haver nenhum, e que poderia ser aproveitado o espaço nos escritórios do IVV, bem como ser aproveitada outra sala para os ensaios do rancho, já que Almeirim não possui um espaço próprio para tal, como acontece em todas as freguesias. Deixou a hipótese de se adquirir o IVV ao Ministério da Agricultura; por fim solicitou que alguém do Executivo passe na Rua do Paço, em frente aos sanitários públicos, e veja o estado vergonhoso em que se encontra o passeio, devido à mela das laranjas, pois para se resolver este assunto, até não é preciso gastar muito dinheiro.-----

-----De seguida o Senhor Arnaldo Seixas, questionou o que é feito de uma varredora, que não passa na sua rua há alguns meses, e do estado de sujidade em que esta se encontra agora;

da obra que está a decorrer perto da sua habitação, e do barulho que os trabalhadores fazem muito cedo, além dos contentores que estão cheios de lixo da referida obra, o que é ilegal; de um vizinho que não faz a separação do lixo e que deita tudo para os contentores; o porquê de na Travessa das Ribeiras terem tapado tudo e não terem pintado; porque é que a obra da estação elevatória ainda não terminou; e quando é que é demolida a adega do Laudácias.-----

-----O Senhor Vice Presidente respondeu que a varredora não é da Câmara há cerca de dez anos; que a partir das sete horas os trabalhadores da referida obra podem começar a trabalhar; relativamente à questão do lixo informou que há um ou dois anos, houve uma teoria de que se deveria recolher o lixo à porta de casa, o que aconteceu na Quinta de S. Miguel e na Raposa, e o resultado foi que as pessoas acabavam por colocar o lixo doméstico nas papeleiras colocadas; em relação à adega esclareceu que a dona foi mais uma vez notificada, não havendo qualquer resposta, que já há orçamentos para a demolição e que se assim continuar a Câmara tomará posse administrativa do terreno.-----

-----O Senhor Paulo Cesário, membro da Associação de Pais de Fazendas de Almeirim, perguntou quando é que vai ser efectuado o pagamento de refeições escolares ao agrupamento, uma vez de desde Fevereiro não feito; e porque é que o fornecimento de produtos para confecção das refeições é feito por uma empresa.--

-----O Vice Presidente respondeu que vai saber e resolver a questão do pagamento de refeições; disse que as mesmas estão garantidas e que serão servidas a tempo e horas e de boa qualidade, que se preocupa sobretudo em perceber quem confecciona as refeições. Informou que há cerca de dois anos passou a ser obrigatório para todas as escolas serem servidas refeições a todos os alunos. Falou da escola de Benfica que hoje

em dia recebe as refeições feitas no agrupamento. Realçou ainda, que para ele o mais importante, independentemente da forma de gestão que existe, é a qualidade da alimentação, já que se calhar o mais caseiro tendo outro sabor, não será o mais correcto, por ser mais rico em sal e gorduras; e pôs a hipótese de em conjunto se promoverem acções sobre nutricionismo.-----

-----Também membro da Associação de Pais de Fazendas, o Senhor Joaquim, questionou se o contrato HCCP é para continuar; e de como é feita a atribuição de subsídios, pois disse achar revoltante ver alguns nomes na lista de atribuição dos mesmos.--

-----O Senhor Vice Presidente informou que o contrato é para continuar, e que em relação aos subsídios, esta é uma competência da Segurança Social de há dois anos a esta parte.---

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício pediu uso da palavra, o qual lhe foi concedido, dirigindo-se ao Vice Presidente, perguntando se este se encontra mais calmo depois de lhe ter retirado a palavra, e dizer que é com agrado que vê a participação dos Municípios nas Reuniões de Câmara, e que por isso gostaria de propor a introdução de um ponto na Ordem de Trabalhos, mencionando a "Intervenção do Público", proposta esta que foi aceite. Questionou ainda o Senhor Vice Presidente se sabe qual é o tempo para intervenção do público, pois com todo o seu respeito por este, acha que deve haver equidade, (principal característica de um eleito) da parte de quem dirige os trabalhos, quer para com os vereadores quer para o publico. Terminou dizendo que o Vice Presidente se irrita com muita facilidade e que este não tinha o direito de lhe levantar o tom de voz.-----

-----O Senhor Vice Presidente falou da proposta do Senhor Vereador Francisco Maurício em pôr o "Período do Publico" em último lugar, o que o mesmo desmentiu de seguida. Informou que

na verdade, o que diz o Regimento é que este período é o ultimo ponto, mas que é prática da Câmara desde há anos, dar a palavra aos Municípes no inicio da Reunião.-----

-----Pedi a palavra o Vereador Aranha Figueiredo, para dizer que há incompetência e desleixo, na realização das Ordens de Trabalho, dando o exemplo do ponto número um da Ordem de Trabalho da presente reunião, pois os processos mencionados já foram alvo de deliberação na reunião passada; que em relação à Adenda, como está feita, não é nenhuma Adenda, e que assim, desta forma o Executivo está confrontado com duas Ordens de Trabalhos, para o mesmo dia e hora; que não há motivo para vir o ponto "Aprovação de Actas de Reuniões Anteriores", já que não foram distribuídas quaisquer actas antecipadamente e finalmente em relação ao "Período do Público", disse que este se deve manter no inicio das reuniões.-----

-----O Executivo deliberou por unanimidade retirar o ponto Um (Processos de Obras Particulares) e o ponto Oito (Aprovação de Actas de Reuniões Anteriores) da Ordem de Trabalhos, bem como introduzir um ponto relativo à "Alteração à Carta Urbanística das Fazendas de Almeirim na Rua de S. José". Deliberou também que os pontos Um, Dois, Três e Quatro, fossem aprovados por minuta.-----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

-----DELIBERAÇÕES DIVERSAS -----

-----APROVAÇÃO DO PSS PARA A EMPREITADA DE "REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO CIVICO DE ALMEIRIM - PARQUE DESPORTIVO MUNICIPAL" - Foi presente a proposta do seguinte do teor:"Cumprindo o estipulado no nº 1 do artigo 12º do Decreto Lei nº 273/03, de 29 de Outubro, proponho a aprovação do Plano de Segurança e Saúde para execução da obra:"Requalificação do Centro Cívico de Almeirim -

Parque Desportivo Municipal".-----

-----Posta a proposta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade e minuta.-----

-----NOMEAÇÃO DO FISCAL PARA A EMPREITADA "REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO CIVICO DE ALMEIRIM - PARQUE DESPORTIVO MUNICIPAL - Relativamente a este assunto, foi apresentada a seguinte proposta:" Cumprindo o estipulado no artigo 302º, alínea a) e seguintes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo D.L. nº 18/2008, de 29 de Janeiro, na redacção introduzida pelo D.L. nº 278/2009, de 2 de Outubro, proponho a nomeação do Sr. Engenheiro António Xavier Martins da Rocha Pinto, como fiscal da empreitada: "Requalificação do Centro Cívico de Almeirim - Parque Desportivo Municipal".-----

-----Posta a proposta a votação foi a mesma aprovada por unanimidade e minuta.-----

-----NOMEAÇÃO DO COORDENADOR DE SEGURANÇA EM OBRA PARA A EMPREITADA "REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO CIVICO DE ALMEIRIM - PARQUE DESPORTIVO MUNICIPAL - Foi presente a proposta do seguinte teor:"Cumprindo o estipulado no nº 2 do artigo 9º do Decreto Lei nº 273/03 de 29 de Outubro, proponho a nomeação de José Luís Bento Pontes Moreira, como coordenador de segurança em obra por parte desta Autarquia, para execução da empreitada: "Requalificação do Centro Cívico de Almeirim - Parque Desportivo Municipal".-----

-----Esta proposta foi aprovada por unanimidade e minuta.-----

-----APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO DE "FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES CONFECCIONADAS PARA AS ESCOLAS DO 1º CICLO E JARDINS DE INFANCIA DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS FEBO MONIZ DE ALMEIRIM E PARA FUNCIONARIOS MUNICIPAIS, A SERVIR NO

RESPECTIVO REFEITORIO" - Foi pelo Senhor Vice Presidente apresentada a proposta do seguinte teor:"Em cumprimento do nº 1 do artigo 98º, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, na redacção introduzida pelo Decreto Lei nº 278/2009, de 2 de Outubro, proponho a aprovação da minuta do contrato de "Fornecimento de Refeições Confeccionadas para as Escolas do 1º Ciclo e Jardins de Infância do Agrupamento de Escolas Febo Moniz de Almeirim e para Funcionários Municipais, a servir no respectivo Refeitório". Relativamente a esta proposta o Vereador Aranha Figueiredo disse, que mais uma vez insiste que havendo Vereadores com competências atribuídas, e neste caso concreto, assinada pela Senhora Vereadora Fátima Cardoso, deveria ser ela a apresentar a proposta.-----

-----Posta a proposta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade e minuta.-----

-----APRESENTAÇÃO DO PROJECTO DE ARQUITECTURA DA FORÇA ESPECIAL DE BOMBEIROS A INSTALAR NA ZAE - O Senhor Vice Presidente fez alguns esclarecimentos em relação a este projecto, nomeadamente que é um projecto que tem mais em consideração as necessidades mais técnicas do que estéticas, que vai ser feita uma candidatura ao QREN, e que será elaborado um protocolo no sentido de deixar escrito quais as condições de utilização do espaço, que será o único que pertence à Câmara e o custo total é de quatrocentos mil euros.-----

-----O Senhor Arquitecto Artur Sampaio foi chamado para prestar esclarecimentos, e entrou na sala da reunião às dezasseis horas e trinta minutos.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo falou da necessidade de haver um protocolo desde já, até porque a Câmara já está a ajudar para o desenvolvimento deste trabalho, questionou da

capacidade financeira da Câmara, mesmo recorrendo a um fundo comunitário e também perguntou ao Senhor Arquitecto porque foi ele o projectista da obra, ao que este lhe respondeu que foi por solicitação da Câmara.-----

-----O Senhor Vice Presidente referiu que a nível do PEC1 e PEC2, as verbas estão cativadas, e que não haviam condições para que a Autoridade Nacional tivesse capacidade de construir o FEB, bem como os restantes pavilhões. Disse que deveria ser o Estado Central a ceder os terrenos, mas até mesmo para construção de uma escola, tem de ser a própria a arranjar o terreno. Em relação a este caso concreto, disse ser uma questão prática e que se não se fizer nada, não há condições e corre-se o risco de não ter cá os equipamentos.-----

-----O Vereador Francisco Maurício questionou em que condições vai ser feita a concessão, disse que lhe parece que esta obra será "outra Encherim", e que com as negociações que já foram feitas, pensa que a Autarquia já deve ter dito que está disposta a assumir as condições.-----

-----O Senhor Vice Presidente explicou que em primeiro lugar se faz a candidatura ao QREN, será aprovado, virá novamente a reunião de Câmara e depois será celebrado o protocolo. Esclareceu que a Autarquia vai instalar em Almeirim vários serviços, e que a mesma não pode no prazo de cinco anos ou arrendar o espaço.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo disse que não está esclarecido e que já havia matéria base para ser elaborado um protocolo, que esta é a questão.-----

-----ALTERAÇÃO À CARTA URBANISTICA DAS FAZENDAS DE ALMEIRIM NA RUA DE S. JOSÉ - O Senhor Vice Presidente apresentou a seguinte

proposta:-----

-----"Proposta de Alteração da Zona de Reserva de Verde Público para Equipamento, adjacente a Norte da Rua de S. José na Vila de Fazendas de Almeirim.-----

-----a) Considerando que a frente adjacente da área definida como ZRE estava já ocupada com habitação devidamente legalizada em cerca de 60%, antes da entrada em vigor do PDM, através das edificações licenciadas pelos Alvarás de Licença nºs 574/66, 276/68 e 412/69 em nome de Amândio Batista Bento e Alvará de Licença nº 168/92 em nome de António Manuel Nunes Batista.-----

-----b) Considerando que todos os equipamentos previstos para aquela zona na Carta Urbanística das Fazendas de Almeirim do PDM estão todos edificados e em funcionamento a saber:-----

-----Extensão do Centro de Saúde;-----

-----Creche/Jardim de Infância;-----

-----Centro de Dia de 3ª Idade;-----

-----Parque Infantil.-----

-----c) Considerando que a alteração agora proposta não condiciona a implementação num futuro próximo do Estudo Urbanístico aprovado por unanimidade nas reuniões do Executivo Municipal de 4 e 18 de Abril de 2005 para a frente oposta da Rua de S. José em que se inclui a implantação do futuro edifício sede da Junta de Freguesia, dado que o ponto 4 do paragrafo 3.2.3 do Regulamento do Plano Director Municipal referente às Zonas Habitacionais a Consolidar permite a construção de equipamentos de saúde, educação e apoio social e cultural nestas zonas.-----

-----d) Considerando finalmente que as Zonas de reserva de verde público para equipamento não se apresentam com um carácter e delimitação definitivas no tempo, dado existir um sobredimensionamento das suas áreas de modo a possibilitar alternativas da sua localização em virtude da maior possibilidade de negociação com os seus proprietários.-----

-----Propõe-se a alteração de uso da frente norte adjacente à Rua de S. José de ZRE para ZHC numa profundidade de 50 metros,

unindo as faixas de habitação a consolidar desde o entroncamento com a Rua João da Silva Pombas à imediatamente a seguir ao recreio da Escola de Ensino Básico de acordo com a Planta em anexo".-----

-----De seguida o Senhor Vice Presidente leu os Relatórios a seguir transcritos relativos a este assunto: "Alteração da Zona de Reserva de Verde Público para Equipamento, adjacente a Norte da Rua de S. José na Vila de Fazendas de Almeirim (centro concelhio de 2ª ordem).-----

-----Relatório de Fundamentação da alteração de proposta-----

-----a) A frente adjacente à Rua de S. José da área definida como ZRE estava já ocupada com habitação devidamente legalizada em cerca de 60%, antes da entrada em vigor do PDM (3/6/1993), através das edificações licenciadas pelos Alvarás de Licença nºs 574/66, 276/68 e 412/69 em nome de Amândio Batista Bento e Alvará de Licença nº 168/92 em nome de António Manuel Nunes Batista.-----

-----A correcção à data não foi possível dada a morosidade do período de recolha de pareceres de inúmeras entidades a que o PMOT esteve obrigado.-----

-----b) Posteriormente os serviços técnicos municipais elaboraram conforme solicitação da Câmara e o Executivo Municipal aprovou para a restante frente livre do arruamento, dois edifícios de habitação plurifamiliar e comercio (processos nºs 70/2006 e 71/2006) referentes aos Alvarás de licença nº 110/2006 e nº 11/2007 em nome da firma Batista e Gil no seguimento da permuta de terrenos com a referida proprietária do gaveto entre as ruas de S. José e a 13 de Maio, onde um estudo urbanístico para o Centro Cívico da Vila de Fazendas de Almeirim, aprovado por unanimidade em reunião de 18 de Abril de 2005, definia a futura implantação do edifício - sede da Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim.-----

-----c) Salienta-se que todos os equipamentos previstos para aquela zona na Carta Urbanística das Fazendas de Almeirim do PDM estão todos edificados e em funcionamento a saber:-----

-----Extensão do Centro de Saúde;-----

-----Creche/Jardim de Infância;-----

-----Centro de Dia de 3ª Idade;-----

-----Parque Infantil.-----

-----d) A alteração agora proposta não condiciona a implementação futura do Estudo Urbanístico apreciado e aprovado por unanimidade nas reuniões do Executivo Municipal de 4 e 18 de Abril de 2005 para a frente oposta da Rua de S. José em que se incluía a implantação do futuro edifício-sede da Junta de Freguesia, dado que o ponto 4 do paragrafo 3.2.3 do Regulamento do Plano Director Municipal referente às Zonas Habitacionais a consolidar permite a construção de equipamentos de saúde, educação e de apoio social e cultural nestas zonas.-----

-----e) As Zonas de reserva de verde publico para equipamento não se apresentam em termos regulamentares com um carácter e delimitação definitivas no tempo, dado existir um sobredimensionamento das suas áreas de modo a possibilitar alternativas da sua localização em virtude da maior possibilidade de negociação com os seus proprietários.-----

-----Entende-se assim oportuna a correcção de alteração de uso da frente norte adjacente à Rua de S. José de ZRE para ZHC numa profundidade de 50 metros, unindo as faixas de habitação a consolidar desde o entroncamento com a Rua João da Silva Pombas à imediatamente a seguir ao recreio da Escola de Ensino Básico.-----

-----A presente alteração será objecto de acompanhamento pelas entidades nos termos do nº 2 do artigo 96º do Decreto Lei nº 380/99 de 22 de Setembro com a nova redacção dada pelo Decreto Lei nº 316/2007 de 19 de Setembro e pelo Decreto Lei nº 46/2009 de 20 de Fevereiro."-----

-----"Relatório de Fundamentação da Proposta de Alteração e da Isenção de Avaliação Ambiental Estratégica, referente à alteração do Plano Director Municipal, da Zona de Reserva de Verde Público para Equipamento, adjacente a Norte da Rua de S. José na Vila de Fazendas de Almeirim (centro concelhio de 2ª ordem), propondo ao Executivo Municipal a referida elaboração do

processo de alteração da planta urbanística das Fazendas de Almeirim no prazo de 30 dias e a publicitação desta deliberação no D.R., assim como a sua publicitação nos órgãos de comunicação social com vista a um período de participação pública de 15 dias úteis.-----

-----"Relatório de Fundamentação da Isenção de Avaliação Ambiental Estratégica.-----

-----A alteração proposta consiste na alteração de uso do solo de Zona de Reserva de Verde Publico para Equipamento em Zona Habitacional a Consolidar de uma faixa de 50 metros de profundidade adjacente ao lado Norte da Rua de S. José, entre o gaveto da Rua João da Silva Pombas e a extrema nordeste do recreio da Escola de Ensino Básico.-----

-----Considera-se que a natureza da proposta desta alteração da Planta Urbanística das Fazendas de Almeirim do Plano Director Municipal de Almeirim, é passível de se enquadrar no nº 3 do artigo 96º do Decreto Lei nº 380/99 de 22 de Setembro com a nova redacção dada pelo Decreto Lei nº 316/2007 de 19 de Setembro e pelo Decreto Lei nº 46/2009 de 20 de Fevereiro, por se tratar de uma pequena alteração insusceptível de determinar efeitos significativos em qualquer dos factores ambientais definidos pela alínea e) do artigo 6º do Decreto Lei nº 232/2007 de 15 de Junho:-----

-----*Biodiversidade; fauna; flora; solo; atmosfera; água; factores climáticos; população e saúde humana; bens materiais; património cultural, incluindo o património arquitectónico e arqueológico, a paisagem e a inter-relação entre os factores supracitados* com base nos critérios estabelecidos no anexo do referido Decreto Lei nº 232/2007 de 15 de Junho.-----

-----De acordo com o nº 4 do artigo 96º do Decreto Lei nº 380/99 de 22 de Setembro com a nova redacção dada pelo Decreto Lei nº 316/2007 de 19 de Setembro e pelo Decreto Lei nº 46/2009 de 20 de Fevereiro, é da competência da Câmara Municipal a qualificação das alterações susceptíveis de ter efeitos significativos no ambiente podendo a Câmara Municipal de acordo

com o nº 3 ao artigo 5º do Decreto Lei nº 232/2007 de 15 de Junho, proceder à consulta prévia das entidades às quais em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, possam interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação da alteração à Carta Urbanística das Fazendas de Almeirim do PDM, designadamente a CCDR.LVT, a ARH-Tejo e a ARS."-----

-----O Senhor Arquitecto Sampaio informou o Executivo Municipal da reunião sobre este assunto com o Exmº Sr. Eng. Sousa e Silva da Sub Delegação Regional de Santarém da CCDR-LVT e do parecer informal daquela entidade sob a proposta de alteração em apreço que consta de acta própria.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício propôs que o assunto transitasse para uma próxima reunião, para que se possa pronunciar com matéria facto e não em alterações avulsas ao PDM.-----

-----O Vice Presidente informou que este processo tem que ser aprovado em reunião publica, por se tratar de um assunto relativo ao PMOT.-----

-----O Vereador Aranha Figueiredo disse que vinha preparado para falar da proposta entregue pelo Senhor Presidente. Mas agora com esta nova proposta, há pontos que não correspondem exactamente uns aos outros, pensa que a proposta não está de acordo com o PDM, caso contrário não surgia nova proposta. Frisou que uma questão destas que coloca tantas reservas, e como não há um consenso, podendo assim estar a caminhar para um desrespeito pelo PDM, o que dá direito a pena, subscreveu a proposta do Vereador Francisco Maurício. Finalmente disse que não põe em causa a boa solução nem a bondade da proposta, mas sim a sua proposta legal.-----

-----O Senhor Vice Presidente disse achar que se está a gerar

alguma confusão, que o que se está a propor é somente a alteração de uma zona que era de reserva de equipamento para zona habitacional e que a Câmara pode proceder ao processo de alteração do PDM, submetendo posteriormente à aprovação da Assembleia Municipal.-----

-----O Senhor Arquitecto informou que está ligado ao projecto daquela zona de Fazendas de Almeirim desde 1978. Foi por ele elaborado o estudo urbanístico inicial, que deixou de ter condições para ser exequível, a partir do momento em que a frente da Rua de S. José ficou ocupada em cerca de 60%. O Senhor Arquitecto mencionou os seus pareceres técnicos desfavoráveis à pretensão da edificação implementada em 1992 que ocupou o centro da frente da Rua de S. José, mas referiu também a legalidade desta aprovação dado o PDM não ter ainda sido publicada em D.R. àquela data. Confirmou que posteriormente a Câmara lhe solicitou o estudo alternativo, do lado oposto da Rua da frente da Rua de S. José, que consubstanciaria uma Praça Urbana entre a actual Igreja da Vila e a futura Sede da Junta de Freguesia a implantar no Gaveto com a Rua 13 de Maio.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo agradeceu a intervenção do Arquitecto, e frisou que não está em desacordo com o planeamento, que não está em causa a solução urbanística, mas sim os mecanismos de alteração ao PDM. Referiu que tem de haver uma referência que estabeleça a alteração a ser realizada.-----

-----Posto o assunto a votação, foram as duas propostas aprovadas, com quatro votos a favor do PS, uma abstenção da CDU e o voto contra e de vencido do MICA.-----

-----Às dezassete horas e quinze minutos saiu o Senhor Arquitecto Sampaio.-----

-----O Vereador do MICA, Francisco Maurício leu a seguinte Declaração de Voto:-----

-----"O MICA vota contra e faz voto de vencido porque, parece-

nos que se trata de tentar "justificar a violação do PDM" verificada pela IGAL, no relatório descrito da pág. 26 a 32.-----

-----Torna-se evidente que o crime de violação do PDM já foi praticado e por isso o facto de agora ser proposta esta alteração não vem sanar a prática de tal crime de violação sistemática e consciente do PDM de Fazendas de Almeirim.-----

-----As responsabilidades e consequências das mesmas têm que ser apuradas.-----

-----Concluiu a IGAL (pág 31 do Relatório) que "os despachos de deferimento na globalidade do presidente da CMA, de 18.04.2005, são nulos por violação do PDM, em vigor, propondo-se a participação destes factos ao TAF de Leiria para declaração de nulidade dos actos administrativos citados".-----

-----1 - Emitiu Alvará de loteamento e licença de construção para uma zona onde não podia ser edificada a construção hoje existente. (Zona a Norte da Rua S. José).-----

-----2 -Comprou esses lotes por escritura de 23/06/2008.-----

-----Não contam agora com o MICA para lavar as mãos do Sr. Presidente.-----

-----Queremos deixar bem clarificado que a prática destas ilegalidades que consubstanciam violação culposa de instrumentos de ordenamento do território e de planeamento urbanístico válidos e eficazes, bem como ilegalidades graves traduzidas na consecução de fins alheios ao interesse público, não é o facto de, em altura posterior, ter sido alterado o PDM que retira o carácter ilícito àquela conduta.-----

-----Estamos perante mais uma das situações em que a ausência de uma estratégia que favoreça o interesse publico municipal e o dos munícipes, dado que em vez de ser apresentado um projecto reorganizativo de todo o espaço do ordenamento do território municipal que há muito vem sendo exigido pelas populações, se envereda pela apresentação de propostas parcelares de favorecimento particular, que favorece situações de tráfico de influencias e conduz a situações de corrupção de graves consequências para o impedimento do desenvolvimento e da criação

de riqueza no município.-----

-----Por isso não pode merecer a nossa concordância tais situações de privilegiar uns tantos em detrimento de tantos outros, isto não é gestão do interesse municipal é gestão dos interessados de uns poucos privados em detrimento e prejuízo dos munícipes."-----

-----O Senhor Vereador da CDU, Aranha Figueiredo ditou a seguinte Declaração:"A abstenção deve-se fundamentalmente, porque matérias desta envergadura não são tratadas em cima da hora, em cima da discussão do ponto, apesar de todos os esclarecimentos. Reafirmo: se não estão garantidas as principais condições de alteração ao PDM, torna-se evidente que deve haver a preocupação de que todos os proprietários sejam beneficiados na exacta dimensão das parcelas que têm e que tudo isto deve ser claro por parte da Administração, uns que recebam tudo e outros que não recebam nada".-----

-----EXPEDIENTE GERAL-----

-----AUTOCARRO - A Câmara deliberou contabilizar as despesas do autocarro Municipal ao serviço das respectivas entidades: Rancho Folclórico de Paço dos Negros, 453,32€; Rancho Folclórico Casa do Povo de Almeirim, 621,32€; Rancho Folclórico Velhas Guardas de Almeirim, 1.127,40€.-----

-----ACÇÃO SOCIAL - Foram presentes pelo Gabinete de Acção Social, dois pedidos devidamente contextualizados, ambos a solicitar apoio para frequência de hidroginástica.-----

-----Bruna Alexandra Cancelinha Sampaio, residente na Avenida 25 de Abril, lote 38, 2º Dtº, em Almeirim.-----

-----Deliberado por unanimidade autorizar a frequência de hidroginástica, mediante apresentação de atestado médico.-----

-----Maria de Fátima Fernandes Alho, residente na Rua de S. Pedro, em Fazendas de Almeirim.-----

-----Deliberado por unanimidade autorizar a frequência de hidroginástica, mediante apresentação de atestado médico.-----

-----TRANSFERENCIAS -----

-----RANCHO FOLCLORICO "OS CAMPONESES" DA RAPOSA - Foi presente por este rancho o pedido de apoio financeiro, para a realização do 5º Festival de Folclore a ter lugar no próximo dia 11, no Parque de Merendas na Raposa.-----

-----O Executivo deliberou por unanimidade proceder à transferência de 250 euros.-----

-----UNIAO FUTEBOL CLUBE DE ALMEIRIM - Foi enviado pelo Clube um pedido de rectificação para apoio de inscrição de atletas, que a este momento é no total de 14.100,00 euros.-----

-----A Câmara deliberou apoiar em cinquenta por cento do valor, somente mediante apresentação de recibo.-----

-----SENHAS DE PRESENÇA - Foram comunicadas à Repartição de Recursos Humanos da Autarquia, as presenças dos Senhores Vereadores na presente reunião de Câmara, para pagamento das senhas de presença.-----

-----Às dezassete horas e trinta minutos foi encerrada a reunião.-----

-----E eu, _____, Assistente Técnica desta Autarquia, elaborei a presente acta, que lavrei e subscrevi a qual vou assinar com o Senhor Vice Presidente.-----

O Vice
Presidente da Câmara

A Assistente Técnica